



EDUCAÇÃO PARA A(S) SEXUALIDADE(S): CARREGAR ÁGUA NA PENEIRA¹?

EDUCACIÓN PARA LA(S) SEXUALIDAD(ES): ¿CARGAR AGUA EN EL COLADOR?

EDUCATION FOR SEXUALITY(IES): CARRYING WATER ON A SIEVE?

XAVIER FILHA, Constantina²

*“Tenho um livro sobre águas e meninos.
Gostei mais de um menino que carregava água na peneira.
A mãe disse que carregar água na peneira
Era o mesmo que roubar um vento e sair correndo com ele para mostrar aos irmãos.
A mãe disse que era o mesmo que catar espinhos na água
O mesmo que criar peixes no bolso.
O menino era ligado em despropósitos.
Quis montar os alicerces de uma casa sobre orvalhos.
A mãe reparou que o menino gostava mais do vazio do que do cheio.
Falava que os vazios são maiores e até infinitos.
[...]
Viu que podia fazer peraltagens com as palavras.
E começou a fazer peraltagens.”
Manoel de Barros³*

RESUMO: O artigo tem por objetivo discutir sobre os conceitos de educação sexual, orientação sexual e educação para a sexualidade. A opção teórica é pelo termo educação(ões) para a(s) sexualidade(s). Pretendo no presente artigo, discutir essas questões, sem a pretensão de esgotá-las, ressaltando as possibilidades, as dificuldades, os conflitos, os avanços, os ganhos, os desafios, os propósitos e os despropósitos... decorrentes da prática da educação para a(s) sexualidade(s) na educação de educadoras e educadores em cursos de formação inicial e continuada. Não se almeja chegar a conclusões, a respostas com tom de verdade ou definitivas. Importa, sobretudo, refletir, palpitar, questionar, problematizar, discutir, pensar sobre esses e outros assuntos, bem como tencionar discursos e provocar inquietações, algo que ao longo desses últimos vinte e poucos anos têm constituído objeto constante de meus estudos, de práticas de desacomodação na discussão da interface entre sexualidade(s), gênero(s) e educação.

PALAVRAS-CHAVE: educação para a(s) sexualidade(s); formação docente; gênero

¹ Parte desse texto é baseada em XAVIER FILHA, Constantina. Educação para a sexualidade: entre carregar água na peneira, catar espinhos na água e a prática de despropósitos. In_. **Educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009 [no prelo].

² Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS; atua na Faculdade de Educação – FAED e nos Programas de Pós-graduação em Educação no campus de Corumbá – CPAN/UFMS.

³ BARROS, Manoel. **Exercícios de ser criança**. Rio de Janeiro: Salamandra, 1999. [O menino que carregava água na peneira]

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo discutir sobre los conceptos de educación sexual, orientación sexual y educación para la sexualidad. Se ha optado teóricamente por el término educación(es) para la(s) sexualidad(es). Pretendo en este artículo, discutir estas cuestiones sin pretensiones de agotarlas, resaltando las posibilidades, las dificultades, los conflictos, los avances, las ventajas, los desafíos, los propósitos y los despropósitos... consecuencia de la práctica de la educación para la(s) sexualidad(es) en la educación de educadoras y educadores en cursos de formación inicial y continuada. No se pretende llegar a conclusiones, a respuestas con carácter de verdad o definitivas. Importa, principalmente, reflexionar, palpar, cuestionar, problematizar, discutir, pensar sobre estos y otros asuntos, así como proponer discursos y provocar inquietudes, algo que a lo largo de estos últimos veinte y pocos años ha sido objeto constante de mis estudios, de prácticas críticas en la discusión de las interconexiones entre sexualidad(es), género(s) y educación.

PALABRAS CLAVE: educación para la(s) sexualidad(es); formación docente; género

ABSTRACT: The article aims to discuss about the concepts of sexual education, sexual orientation and education for sexuality. The theoretical option is for the term education(s) for sexuality(ies). I intend in this article to discuss these questions, without the pretension of exhaust them, highlighting the possibilities, the difficulties, the conflicts, the advances, the gains, the challenges, the purposes and impertinences... due to the practice of education for sexuality(ies) in the education of teachers in initial and continuous formation. It does not aim to reach conclusions, answers with a ring of truth or definitive ones. It matters, above all, to reflect, to sound out, to question, to problematize, to discuss, to think about this and other subjects, as well as plan speeches and cause disquiet, something that along these twenty-odd years has been the constant object of my studies, practices of discomfort in discussing the interface between sexuality(ies), gender(s) and education.

KEYWORDS: education for sexuality(ies); teacher education; gender

As palavras de Manoel de Barros acerca de um menino que carregava água na peneira, catava espinhos n'água, gostava mais de vazios do que cheios, fazia peraltagens com palavras e exercitava a prática do despropósito parecem-me instigantes para a reflexão da vivência e prática da educação para a(s) sexualidade(s). Em que sentido as ações desse menino podem nos fazer refletir sobre o processo e a prática da educação para a(s) sexualidade(s)? Ou seria educação da sexualidade? Ou educação em sexualidade? Ou seria o termo educação sexual o mais propício? Como estes termos “educação para a sexualidade”, “educação da sexualidade”; “educação sexual”, entre outros, ganham sentidos em práticas discursivas nas relações de saber-poder? Como esses enunciados constituem práticas e constituem sujeitos? Como poderíamos inventar e reinventar esses conceitos e (re)inventar nessa relação? Qual a relação entre educação e ensino de... quando envolve a questão da(s) sexualidade(s)? Qual seria o propósito ou o despropósito da educação para a(s) sexualidade(s)? Que objetivos priorizamos em práticas sistematizadas? Como avaliamos, ou não, se os objetivos foram atingidos? Quais *peraltagens*

possíveis podem ser pensadas em temáticas e práticas educativas em educação de educadoras e educadores, na etapa inicial e na continuada? Como as educadoras e os educadores produzem narrativas sobre como reinventar sujeitos de identidade, de gênero, sexual e docente, em processos de formação? Como instigar a curiosidade em momentos de formação docente?

Pretendo no presente artigo, discutir essas questões, sem a pretensão de esgotá-las, ressaltando as possibilidades, as dificuldades, os conflitos, os avanços, os ganhos, os desafios, os propósitos e os despropósitos... decorrentes da prática da educação para a(s) sexualidade(s) na educação de educadoras e educadores em cursos de formação inicial⁴ e continuada⁵. Não se almeja chegar a conclusões, a respostas com tom de verdade ou definitivas; provisórias, talvez! Importa, sobretudo, refletir, palpitar, questionar, problematizar, discutir, pensar sobre esses e outros assuntos, bem como tencionar discursos e provocar inquietações, algo que ao longo desses últimos vinte e poucos anos têm constituído objeto constante de meus estudos, de práticas de desacomodação na discussão da interface entre sexualidade(s), gênero(s) e educação.

Educação da/para a(s) sexualidade(s): *peraltagens* com palavras, enunciados, discursos e práticas discursivas, representações...

Questões a discutir e repensar podem ser sobre termo(s), conceito(s), enunciado(s) e discursos que empregamos, produzimos e ao mesmo tempo ‘nos constituem’ quando falamos em ‘educação e sexualidade’. Nos últimos anos, no campo de estudos e discussões sobre sexualidade, gênero e educação, vêm-se discutindo tanto a nomenclatura a se usar, tanto quanto os objetivos, as funções, os (des)propósitos da educação da/para a(s) sexualidade(s), mais comumente chamada de educação sexual⁶.

⁴ No curso de Pedagogia da UFMS, após sua nova reestruturação, no ano de 2009, foi incluída a disciplina obrigatória denominada “Educação, sexualidade e gênero”, com carga-horária de 60h/a. Desde 2000, nessa mesma instituição, esta disciplina vinha sendo oferecida como optativa. Hoje ela continua como obrigatória com a carga-horária de 68h/a.

⁵ Das várias formações continuadas sobre as temáticas da educação, sexualidade(s) e gênero(s) que desenvolvi e coordenei, neste artigo destacarei alguns elementos de um projeto de extensão denominado “Educação para a sexualidade, equidade de gênero e diversidade sexual: práticas e materiais educativos” [2008-2009], com coordenação do então Departamento de Educação/CCHS e do Programa de Extensão Escola de Conselhos/PREAE/UFMS. O público-alvo foi de 160 pessoas matriculadas, que desempenhavam funções docentes e/ou de gestão e apoio docente em instituições educativas públicas nos municípios de Campo Grande, Batayporã, Bela Vista, São Gabriel do Oeste e Nioaque, cidades do Mato Grosso do Sul. Das pessoas matriculadas, por volta de 100 concluíram o curso. A capacitação contou com 200h/a de carga horária, com momentos presenciais e não-presenciais. O projeto concorreu a um edital público e obteve apoio financeiro do FNDE/SECAD/MEC. Também ressaltarei algumas ações desenvolvidas na disciplina de Educação, sexualidade e gênero no curso de Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, nos últimos anos.

⁶ Em pesquisa realizada com o objetivo de selecionar, coletar e analisar discursos produzidos e veiculados por livros infanto-juvenis e livros-manuais, observamos que entre os 361 títulos, 67 trazem o termo “educação sexual” em seus títulos e/ou subtítulos. XAVIER FILHA, Constantina. “*Já é tempo de saber...*” a construção discursiva da

A partir da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), com o tema transversal ‘Orientação Sexual’, passou-se a discutir sobre qual termo seria mais adequado: ‘educação’ ou ‘orientação’ sexual? O parâmetro curricular de Orientação Sexual indica em seu próprio título o termo ‘orientação sexual’, como sinônimo da prática realizada em meio escolar, diferenciando-o de ‘educação sexual’, tarefa a ser realizada pela família. No meu entendimento, foi uma estratégia adotada para demarcar a função da escola, sem deixar de priorizar a educação realizada pela família. O documento ressalta como essa prática deve ou deveria ocorrer. “O trabalho de Orientação Sexual deverá, portanto, se dar de duas formas: dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema” (BRASIL, 1997, p. 129). Também prevê momentos sistematizados e em espaço específico para alunos e alunas. Este documento também sugere que o trabalho de orientação sexual na escola deva problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o/a aluno/a (o documento utiliza a linguagem-padrão do masculino) possa escolher ‘seu caminho’. Outro aspecto a destacar, acerca do referido documento, é a proposta de preencher lacunas de informação no aspecto científico e discussões sobre temáticas sociais. Também revela uma preocupação premente em não interferir na educação sexual da família; por isso, cunha um termo que poderia fortalecer a idéia de informação/orientação e não de ‘formação/educação’⁷.

O que penso ser importante destacar nessa questão é o da legitimidade de alguns conceitos diante de outros. No caso em questão, o termo ‘orientação sexual’ passou a ser utilizado por muitas pessoas, incluindo estudiosos/as, como sinônimo de ‘educação sexual’, termo comumente utilizado. Na medida em que o Ministério da Educação publica um documento oficial privilegiando esse termo, ele passa a ser privilegiado em relação aos demais.

educação sexual em manuais e em livros infanto-juvenis – 1930 a 1985. Campo Grande: UFMS/FUNDECT, 2009 [Relatório final de pesquisa]. Em outro estudo, 35% das 114 teses e dissertações defendidas no período de 1970 a 2001 discutiam como objeto privilegiado a temática da educação/orientação sexual. XAVIER FILHA, Constantina. Produções teóricas sobre sexualidade e educação/orientação sexual: um estudo em teses e dissertações In: *V Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste* (EPECO – Centro Oeste): Uberlândia/MG, 2002. Figueiró (2001), ao analisar as produções acadêmico-científicas no Brasil sobre educação sexual, também evidenciou que essa temática, assim como o termo ‘educação sexual’, foi usado de forma exclusiva em torno de 50% dos materiais coletados. Muitas das fontes investigadas utilizavam ‘educação sexual’ como sinônimo de ‘orientação sexual’. Isto ocorreu em cerca de 40% dos livros, em 27% dos artigos e em 50% das dissertações e teses. As fontes investigadas foram livros, artigos e trabalhos apresentados em eventos científicos, teses e dissertações no período de 1980 a 1993.

⁷ Para uma discussão mais detida, ver: FURLANI, Jimena. *O Bicho vai pegar!* – um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir dos livros paradidáticos infantis. Porto Alegre: UFRGS, 2005 [Tese de Doutorado]; ALTMANN, Helena. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. In: *Estudos Feministas*, n. 2, ano 9, 2001.

Nessas relações de poder-saber, esse conceito passou a ser adotado e utilizado como correto, em detrimento do termo ‘educação sexual’, que passou a ser questionado por seu próprio ‘desgaste’ conceitual, principalmente pelas práticas calcadas prioritariamente no biologicismo, nas informações sobre anticoncepção e doenças sexualmente transmissíveis, especialmente fundamentadas em preceitos essencialistas e universalizantes.

O termo ‘orientação sexual’, por conseguinte, também é utilizado para designar a relação de desejo: heterossexual; homossexual; bissexual; assexual... (dentre tantas outras que não é possível enumerar). Esta é outra questão que causa confusões⁸, particularmente em práticas de formação docente. A este respeito, Altmann (2004) observa como a utilização desse conceito é um equívoco:

Enquanto em países de língua inglesa e francesa o primeiro termo [educação sexual] é mais comum, no Brasil, na Educação, ele tem sido substituído nos últimos anos por “orientação sexual”, o qual é utilizado pelos PCN’s e pela SME do Rio de Janeiro. No campo da educação, essa escolha parece estar ligada ao termo “orientação educacional”, uma vez que, historicamente, os orientadores educacionais dividiram com os professores de Ciências a responsabilidade por trabalhar esse tema na escola (BONATO, 1996). No entanto, sua utilização acarreta problemas de interpretação, pois, no campo de estudos da sexualidade e nos movimentos sociais, assim como, de um modo geral, na bibliografia internacional, “orientação sexual” é o termo sob o qual se designa a opção sexual, evitando-se, assim, falar em identidade (ALTMANN, 2004, p. 3).

Altmann observa que a adoção do termo ‘orientação sexual’ pode produzir equívocos teóricos e conceituais, especialmente por utilizar um termo empregado para designar a orientação sexual como elemento da constituição das identidades sexuais de sujeitos e não necessariamente no sentido de ‘orientação educacional’, cunhado pelo tema transversal em questão para demarcar as práticas realizadas no âmbito educativo.

Observando as possibilidades de alguns enunciados ganharem status de verdade e legitimidade em detrimento de outros, pode-se pensar que o termo ‘educação sexual’ passa/passou por desgastes conceituais, possivelmente pela prática historicamente concebida com fundamentações biológicas, higienistas, moralistas a partir de prática dessexualizada ao

⁸ No início da década de 1990, participei como integrante e membro da equipe de coordenação de um projeto de Orientação Sexual em Campo Grande/MS, ministrado e concebido pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual – GTPOS –, na época coordenado pela sexóloga Marta Suplicy. Lembro-me que, após a participação no referido projeto, o termo ‘orientação sexual’ fazia parte do meu vocabulário para designar o trabalho educativo da escola. Ao participar de uma outra capacitação, na época propiciada pelo Ministério da Saúde, em um momento de dinâmica inicial, em que se pediu para conceituar orientação sexual, eu prontamente, me referi ao conceito que usava. Qual não foi meu espanto quando fui repreendida pelo ministrante, que disse que estava errada, pois o conceito ‘orientação sexual’ se referia à constituição da identidade sexual.

aprisionar o conceito em perspectivas normativa, moralista e eugenistas, como ressalta

Britzman (1999):

a linguagem do sexo torna-se uma linguagem didática, explicativa e, portanto, dessexualizada. Mais ainda: quando o tópico do sexo é colocado no currículo, nós dificilmente podemos separar seus objetivos e fantasias das considerações históricas de ansiedade, perigos e discursos predatórios que parecem catalogar certos tipos de sexo como inteligíveis, enquanto outros tipos são relegados ao domínio do impensável e do moralmente repreensível. Por trás dessas preocupações estão as ansiedades da própria professora: de não estar preparada para responder as questões das estudantes e de que a aula se dissolva numa luta de poder entre o conhecimento das estudantes e o conhecimento da professora. (BRITZMAN, 1999, p. 90).

Britzman (1999) destaca ainda como historicamente a ‘educação sexual’ tornou-se o “lugar para trabalhar sobre os corpos das crianças, dos adolescentes e das professoras. A mudança para uma pedagogia de produção da normalidade e a idéia de que a normalidade era um efeito da pedagogia apropriada e não um estado *a priori* tornou-se, essencialmente, a base para o movimento higienista social chamado ‘educação sexual’.” (BRITZMAN, 1999, p. 95). A autora, partindo dessa constatação, propõe vários questionamentos pertinentes a essa discussão sobre nomenclaturas, termos, conceitos, propósitos...: pode o sexo ser educado e pode a educação ser sexualizada? A educação causa o sexo? Qual pode ser o objetivo da educação sexual se o objetivo da educação está na renúncia do sexo? (BRITZMAN, 1999).

Várias questões são postas que vão além da discussão de qual seria a nomenclatura a ser usada. Parece que algumas ‘soluções’ são tomadas para a afirmação de espaços de legitimidade. Furlani (2005) também analisa essa questão e destaca que diante dessas questões “a mudança do nome (de ‘educação’ para ‘orientação’) pode ter parecido ser ‘uma saída’ para aqueles otimistas em manter o trabalho na escola a partir de uma ressignificação filosófica e metodológica do termo e da prática” (FURLANI, 2005, p. 196). Essa autora também argumenta a esse respeito:

A substituição de um termo pelo outro (‘educação’ por ‘orientação’) asseguraria uma mudança pedagógica na discussão sexual tão desejada? O ponto focal é a questão curricular? A diferença conceitual entre os termos seria, então, metodológica, didática? A nova abordagem (‘orientação sexual’) teria, portanto, o caráter de desvinculação do enfoque eminentemente reprodutivo, biológico, médico e normativo da Educação Sexual até então existente? (FURLANI, 2005, p. 198).

A autora ainda argumenta sobre quais enunciados poderiam ser pensados quando se trata do termo ‘educação sexual’ e questiona se a distinção entre os termos seria o local do processo (educação sexual na família e orientação sexual na escola)? Ou dos objetivos e propósitos

dessas práticas, uma sistematizada e outra assistemática? Ou dos conteúdos a serem priorizados? Ou mesmo do que se considera como ‘informação’? A informação não seria um elemento possível em práticas educativas? A educação sexual⁹ também não informa? Se a escola não puder promover ‘educação’ e sim ‘orientação’, esse pressuposto não descaracteriza a função educativa das instituições educativas? “Que efeitos teria essa tentativa de descaracterizar o trabalho de discussão da sexualidade dentro da Escola? Implicaria na inserção e anexação de uma nova (nova?) atividade e/ou de um/a ‘novo/a’ profissional? E, esse/a ‘novo/a’ profissional seria o/a ‘orientador/a sexual’?” (FURLANI, 2005, p. 199). A autora destaca qual seria a distinção entre processo (educação) e estratégia didática, ou de ensino (orientação), ressaltando que entende que orientar seria um meio, um modo, um caminho de um processo mais amplo, que é a educação.

Muitas questões e problematizações, observadas na construção desse campo teórico-prático, envolvem educação e sexualidade(s). Todavia, a questão da nomenclatura e/ou termo usado (ou a utilizar?) não me parece inócua, pois revela tensões e conflitos relativamente à sua legitimidade e representação.

Em outro texto¹⁰, argumentava as questões de significação de alguns conceitos, algo que me pareceu pertinente, e que ora trago para esta discussão. Outra poesia de Manoel de Barros ajuda a pensar as palavras e seus significados:

*O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.
Passou um homem depois e disse: Essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada.
Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás da casa.
Era uma enseada.
Acho que o nome empobreceu a imagem.¹¹*

Nessa poesia, o autor ressalta uma preocupação que parece pertinente à discussão sobre as disputas sobre ‘fixação’ de um discurso e/ou termo com a pretensão de verdade sobre a educação da sexualidade. Um dos primeiros elementos é o da construção social da linguagem e do discurso e, com isso, a construção de sentidos culturais. Ou seja, muitos termos e até práticas existem ou existiram em outros momentos históricos e culturais; por não terem sido

⁹ Estas questões também nos levam novamente a refletir sobre os conceitos de educação sexual formal e informal? Como nos propõem os estudos de Werebe (1998)?

¹⁰ XAVIER FILHA, Constantina. Apresentação do Glossário. In CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando Cezar Bezerra de; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Gênero e diversidade sexual*. Um glossário. João Pessoa, PB: Editora Universitária – UFPB, 2009.

¹¹ BARROS, Manoel de. *O livro das ignoranças*. 13 ed. RJ/SP: Editora Record, 2007.

conceituados ou estudados (como objetos de estudos) não obtiveram um “nome” ou significado legitimado por alguma ciência.

Isto nos remete à ideia de que a linguagem e suas acepções estão imbricadas de produção de poder e de saber. Observar a linguagem como *locus* de produção de sentidos implica compreendê-la como parte de um processo dinâmico e produtivo, instigador de novas possibilidades de ser. A linguagem, por isso, não é apenas um veículo de ideias e significados, mas a instância em que se constroem sentidos que atribuímos ao mundo e a nós mesmos/as; em outras palavras, pode-se dizer, segundo Meyer (2002), que a linguagem constitui realidades e sujeitos.

Nessa produção discursiva, nem tudo pode ser dito, pois os discursos são práticas que obedecem a regras de formação específicas. Algumas delas propõem, outras interditam, como indicam os estudos do filósofo Michel Foucault (2003). Neste sentido, o discurso é organizado a partir de uma ordem do que pode ser dito e do que deve ser dito, com ressalvas, e até mesmo o que precisa ser interditado.

Os conceitos ou nomes que damos às coisas são, portanto, invenções culturais, fruto de redes de saber-poder que legitimam certos enunciados como verdadeiros, especialmente devido à chancela das várias ciências. Em muitos casos, essa demarcação linguística é limitadora; em outros, possibilita que se tenham condições de existência e para entender processos pelos quais nos constituímos como sujeitos sociais.

Nesta discussão, parece conveniente salientar, que apesar das imposições que tentam fixar alguns conceitos-terminos-teorias como verdade, os enunciados acabam por escorregar... Tal processo se verifica em relações sociais permeadas de relações de poder, por não somente limitarem mas produzirem novas possibilidades e resistências. Talvez essas possibilidades de debates e resistências possam produzir novos significados, novas representações de alguns conceitos, por exemplo, em relação aos termos ora em discussão: ‘orientação’ ou ‘educação’ sexual.

Partindo dessas considerações, outros termos foram cunhados e pensados, especialmente nos últimos anos¹², para questionar e/ou substituir o termo ‘educação sexual’: ‘educação para a sexualidade’, ‘educação para as sexualidades’; ‘educação da sexualidade’; ‘educação para a sexualidade humanizada’; ‘educação em sexualidade¹³’; ‘educação afetivo-

¹² Parece-me que essa discussão também tem sido feita em práticas de ‘educação para a saúde’, ‘educação em direitos humanos’; ‘educação para os direitos humanos’; ‘educação de direitos humanos’.

¹³ A UNESCO publicou em 2014 a “Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde”. Para esse documento, “A educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo

sexual'; 'educação da ética sexual'; 'educação sexualizada'; 'educação e sexualidade'... Essas novidades terminológicas (termos e conceitos) não implicariam empobrecer ou delimitar as práticas entre 'educação e sexualidade(s)', tal como se lê na poesia de Manoel de Barros? Ou provocar multiplicidades de práticas? O que esses conceitos e enunciados podem nos dizer? Em que medidas nos afetam? Como produzem práticas e subjetividades?

Penso que também provocam questionamentos e inquietação. Uma delas é pensar se a sexualidade pode ser educada, tal como nos propõem Britzman (1999)? Esses termos, com a inclusão de alguns adjetivos, conjunções, artigos... que produzem novos sentidos, não estariam sendo desenvolvidos visando à educação para uma sexualidade normal¹⁴? A simples substituição do termo 'educação sexual' pelos demais termos anteriormente expostos levaria automaticamente a mudanças conceituais, práticas discursivas? Ou voltamos à inócua (ou nem tão inócua assim) discussão já travada entre 'educação sexual' e 'orientação sexual'?

A 'luta' por significação no campo da representação¹⁵ em relação aos termos a serem utilizados tem-me provocado reflexões, especialmente no sentido de questionar o modo como esses conceitos fazem parte de minha prática pedagógica, das produções de significados de que estou imbuída e de como me constituo como sujeito de múltiplas identidades, entre elas a de docente e no desempenho de minha função como coordenadora de projetos de extensão de formação docente e de momentos de formação inicial no curso de Pedagogia.

Em busca de pistas e outros elementos para esta reflexão, passei a pesquisar em livros e *sites* da internet como alguns autores e autoras têm utilizado e como se apropriaram desses conceitos e dos termos/nomenclatura para designar 'educação sexual' e as outras designações propostas. Proporei a seguir alguns dos elementos encontrados. Vale ressaltar que essa busca não se pretendeu ser exaustiva, visando a um conceito único ou 'verdadeiro' sobre as questões levantadas, mas contribuir com minhas reflexões sobre como esses termos e enunciados

indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana” (UNESCO, 2014, p. 11).

¹⁴ A discussão sobre a construção histórica da 'sexualidade normal' parte dos estudos de Michel Foucault (1997) além de Britzman (1999); Louro (1997, 1999, 2000); Sabat (2004).

¹⁵ Utilizo-me do conceito de representação a partir das teorizações dos Estudos Culturais. “A representação – compreendida aqui como inscrição, marco, traço, significante e não como processo mental – é a face material, visível, palpável do conhecimento. [...] A representação é um sistema de significação. [...] é compreendida, como marca material, como inscrição, como traço. A representação aqui referida não é, nunca representação mental. [...] a representação – como processo e como produto – não é nunca fixa, estável, determinada. A indeterminação é o que caracteriza tanto a significação quanto a representação. Finalmente, a representação só adquire sentido por sua inserção numa cadeia diferencial de significantes. Ela é representação de alguma 'coisa' não por sua identidade, coincidência ou correspondência em essa 'coisa', mas por representá-la (por meio de um significante) como diferente de outras 'coisas'.” (SILVA, 2003, p. 32; 35; 41)

ganham sentido. Uma pergunta me mobilizava: será que os adjetivos, conjunções e artigos que ligam os termos ‘educação’ e ‘sexualidade’ produzem sentidos diferentes daqueles usados tradicionalmente para designar ‘educação sexual’?

Na busca, evidenciei em diversos/as autores/as um posicionamento ora para demarcar a adoção do termo ‘educação sexual’ e suas respectivas justificativas para isso, sem, contudo não deixar de ressaltar os aspectos negativos e desgastantes desse termo, ora para defender a utilização de outras nomenclaturas, como ‘educação para a(s) sexualidade(s)’, ‘educação sexualizada’... Nas fontes estudadas abaixo, não se priorizou a discussão entre ‘educação’ e ‘orientação sexual’. Seguem-se alguns argumentos favoráveis ao conceito ‘educação sexual’:

A **educação sexual** compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade. A educação sexual, num sentido amplo, processo global, não intencional, sempre existiu, em todas as civilizações, no decurso da história da humanidade, de maneira consciente ou não, com objetivos claros ou não, assumindo características variadas, segundo a época e as culturas (WEREBE, 1998, p. 138) [...]. A educação sexual informal, que se realiza no âmbito da família, tem uma importância particular sobre o desenvolvimento da criança e a formação de grande parte de suas idéias sobre a família, sobre o amor e a sexualidade, sobre o mundo adulto e sobre si mesma.” (WEREBE, 1998, p. 148)¹⁶. A expressão educação sexual parece ser a mais indicada para designar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade (WEREBE, 1998, p. 154) [grifos meus].

Neste livro utilizamos a expressão **educação sexual**, concebendo-a como um processo que se inicia mesmo antes do nascimento da criança e prossegue pela vida afora. Como educadores e educadoras, atuamos em um processo educativo que, quer queiramos ou não, contém, consciente e/ou inconscientemente, valores, afetos, condutas e prescrições impregnados da maneira como as pessoas sentem, concebem e vivenciam a sexualidade. A educação sexual intencional e contínua objetiva desencadear falas e reflexões sobre a temática da sexualidade humana e pode dar-se em um espaço definido ou transversalmente – atravessando o conteúdo das diferentes disciplinas –, contemplando princípios metodológicos que são fundamentais em educação (CAMARGO; RIBEIRO, 1999, p. 46) [grifos meus].

(...) penso que o principal papel da **educação sexual** é, primeiramente, desestabilizar as ‘verdades únicas’, os restritos modelos hegemônicos da sexualidade normal, mostrando o jogo de poder e de interesses envolvidos na intencionalidade de sua construção; e, depois, apresentar as várias possibilidades sexuais presentes no social, na cultura e na política da vida humana, problematizando o modo como são significadas e como produzem seus efeitos sobre a existência das pessoas (FURLANI, 2003, p. 69) [grifos meus].

As citações destacadas, apesar de datadas e, portanto, provisórias, trazem elementos que merecem destaque em se tratando de reflexões sobre os significados do termo ‘educação sexual’. As duas primeiras apresentam várias possibilidades de educação sexual, seja de modo formal, seja de modo informal. Werebe (1998) escreve que a educação sexual, seja ela formal

¹⁶ A autora também ressalta que na escola possa haver educação sexual informal.

ou informal, pode ocorrer nos espaços familiares e escolares. Camargo e Ribeiro (1999) ressaltam-na como processo de vida. Já Furlani (2003) visa a ressaltar o papel mais amplo da educação sexual que visa a “desestabilizar verdades únicas”, destacando as relações de saber e poder que envolvem essa prática.

Será que os autores e autoras que adotam os novos termos, cunhados em substituição ao de ‘educação sexual’ utilizam outros conceitos para designá-la? Vejam-se alguns enunciados retirados de livros¹⁷ publicados em Portugal:

Em rigor, dever-se-ia falar de ‘**educação sexualizada**’, e não de ‘educação sexual’, para sinalizar que a sexualidade está presente ao longo da vida e que é desejável, em termos de atitude educativa, escutar naturalmente, informar objectiva mas gradualmente nas diferentes etapas e actuar de forma consistente, muito embora considerando a diversidade de uns e outros. O preciosismo levar-nos-ia, ainda, a advogar a utilização simples da designação ‘educação’, e não ‘educação global’, uma vez que aquela pressupõe as diferentes dimensões do processo educativo – o dia-a-dia e a escola, os pais, as mães e os outros educadores, os audiovisuais também e diferentes temas, como sexo, matemática e política... (VAZ, 1996, p. 1996) [grifos meus].

Cortesão *et all* destacam que utilizar-se-ão da designação “**educação sexualizada**” e não “educação sexual”. A justificativa para essa escolha terminológica é a seguinte: “educação sexualizada”, “uma vez que engloba não só a informação sexual, mas também a discussão de valores do domínio socioafectivo que vão emergindo no processo de socialização que se faz através da família, da escola e de toda a envolvente social, valores que são veiculados de forma explícita ou implícita desde o nascimento. Por outro lado, a designação de ‘educação sexual’ pode levar a supor que existe o propósito de a realizar desligada da educação global do indivíduo, como se a sexualidade fosse um comportamento estanque, não envolvendo toda a nossa personalidade, os nossos projectos, a nossa afectividade, a nossa forma de estar na vida” (CORTESÃO; SILVA; TORRES, 2005, p. 18) [grifos meus].

¹⁷ Bibliografias consultadas: VAZ, Júlio Machado. **Educação sexual na escola**. Lisboa, PT: Universidade Aberta, 1996; CORTESÃO, Irene; SILVA, Maria Alcina; TORRES, Maria Arminda. **Educação para uma sexualidade humanizada**. Guia para professores e pais. 2ª. ed. revista e aumentada. Porto: Afrontamento, 2005 [1ª. edição é de 1990]; DIAS, Alda Maria; RAMALHEIRA, Carlos; MARQUES, Luís; SEABRA, Maria Emília; ANTUNES; Maria Leonor Cabral. **Educação da sexualidade: no dia-a-dia da prática educativa**. Braga: Edições Casa do Professor, 2002; MARQUES, António Manuel; VILAR, Duarte; FORRETA, Fátima. **Os afectos e a sexualidade na educação pré-escolar**. Um guia para educadores e formadores. Lisboa, PT: Texto Editora, 2002. Também foram consultados sites da internet, identifiquei os seguintes livros (de alguns deles só pude obter informações por meio do comentário do livreiro e/ou dos sumários dos livros): FERNÁNDEZ, Medialdea. **Educación de la sexualidade para el amor**: dirigido a niños de 3 a 12 años. s/l. Ediciones Internacionales Universitarias, S/A, 2008; INSTITUTO VALENCIANO DE FERTILIDAD - EIUNSA. **Curso de educación de la sexualidad para adolescentes**. s/l. Ediciones Internacionales Universitarias, S/A, 2001; HOZ, Víctor García. **Educación de la sexualidad**. s/l. 4ª. ed. Ediciones Rialp S/A, s/d; ORTEGA, López; ANTÓNIO, José. **Educación de la sexualidad**. s/l. Ediciones Universidad de Navarra S/A, 1994; EDUFORMA. **Hablemos de sexualidad con los niños**. Guía Práctica Para Padres, Educadores Y Maestros. s/l. Editorial Trillas, 2007; PERALES, Enrique Bonete. **Ética De La Sexualidad**. Diálogos para educar en el amor. s/l: Desclée de Brouwer, 2007; SOLER, Nieves López. **Curso de educación afectivosexual**. Livro de teoría. s/l. Netgiblio, s/d; SOLER, Nieves López. **Curso de educación afectivosexual**. Livro de ejercicios. s/l. Netgiblio, s/d. [retirados do site: <http://www.agapea.com/buscar/buscador.php?idc=&texto=educacion+de+la+sexualidad&pg=9> acesso em 27/março/2009]. Também foi realizada pesquisa no banco de dados da Biblioteca Virtual em Saúde - LILACS: GUILAR GIL, José Angel. **Educación de la sexualidad en la adolescencia**: métodos y contenidos. México. Fonte: Consejo Nacional de Población, 1994; RUBIO AURIOLES, María Guadalupe. **Educación de la sexualidad en la infancia**: métodos y contenidos. Fonte: Consejo Nacional de Población, 1994; RODRÍGUEZ R., Gabriela. **Conceptos y métodos en la educación de la sexualidad**. Fonte: Consejo Nacional de Población, 1994. [pesquisa realizada em 27/02/2009].

Quando falamos de **educação da sexualidade** remetemos para um conceito alargado de sexualidade entendida numa perspectiva humanista e personalista. A sexualidade humana integra componentes sensoriais e emotivos-afectivos, cognitivos e volitivos, sociais, éticos e espirituais. Adquire sentido no contexto de um projecto de vida que promova o conhecimento e aceitação de si próprio e o conhecimento e aceitação do outro” (DIAS; RAMALHEIRA; MARQUES et al., 2002, p. 27) [grifos meus].

As finalidades e os objetivos dessa educação são apontados pelos/as autores/as portugueses:

As finalidades da **educação sexualizada** focalizam-se assim na adopção de atitudes, no reconhecimento de sentimentos, no desenvolvimento de capacidades/competências e na aquisição de conhecimentos.” (CORTESÃO; SILVA e TORRES, 2005, p. 22). [Eis alguns objetivos]: “Integrar a dimensão sexual nas outras dimensões do comportamento humano; Preparar-se para integrar a sexualidade no dinamismo da pessoa e no seu projecto de vida; Ligar a ideia de sexo à de afectividade, de respeito por si próprio e pelos outros; Aprender a sentir-se bem como Rapaz ou Rapariga” (CORTESÃO; SILVA e TORRES, 2005, p. 21). “Tomar consciência da necessidade de uma maturidade física e afectiva para o estabelecimento de relações sexuais; Aprender a distinguir uma relação afectiva de uma relação de exploração sexual; Tomar consciência do papel complementar Homem/Mulher; Compreender as transformações que ocorrem na puberdade/adolescência; Adquirir conhecimentos relativos à constituição e funcionamento dos sistemas reprodutores feminino e masculino; Situar a contraceção num comportamento sexual responsável; Tomar consciência dos riscos inerentes a comportamentos sexuais não responsáveis” (CORTESÃO; SILVA e TORRES, 2005, p. 22) [grifos meus]

O principal objectivo da educação sexual é ajudar e apoiar os jovens ao longo de todo o seu desenvolvimento físico, emocional, cultural, moral e espiritual, proporcionando-lhes um clima de confiança e discernimento que lhes facilite a transição da infância para a adolescência e desta para a idade adulta. Pretende-se que os jovens desenvolvam o sentido de valor e dignidade da vida humana, fundamento e garantia do respeito por si mesmo e pelos outros. Por isso, devem tomar consciência de que o reconhecimento da dignidade da vida humana constitui uma salvaguarda contra tentativas de discriminação com base em diferenças de sexo, idade, raça ou condição social. Deseja-se igualmente que descubram o valor da sexualidade e reflectam sobre o significado que tem na sua vida para que a possam integrar na sua maturação emocional e estabelecer relações interpessoais saudáveis e gratificantes. [...] **Muito em particular, os educandos devem ser encorajados a perspectivarem-se como futuros construtores de família.** Com tacto e sensibilidade, até porque não são raras situações familiares concretas menos felizes ou menos favoráveis na vida de muitos jovens, deve ser-lhes dada oportunidade de **descobrir que há evidentes vantagens, pessoais e sociais, em escolherem para si próprios uma situação familiar estável fundada no amor e assumida num casamento.** É evidente que há agrupamentos de tipo familiar que, prescindindo do casamento, estabelecem relacionamentos fortes e protectores para os seus membros. Tal constatação, porém, não invalida que seja **desejável ajudar os jovens a compreender as vantagens de dispor de um núcleo familiar estável,** quer para o próprio bem-estar, quer para facilitar o desenvolvimento harmoniosos dos filhos. Os jovens devem também poder apreender que, além desta vantagem pessoal, **as relações baseadas no casamento representam ainda uma importante mais-valia para a sociedade em geral.** De facto, a generalidade dos estudos sociólogos disponíveis demonstram estar o casamento, civil ou religioso, associado a maior estabilidade pessoal e grupal, menor conflitualidade familiar, menor incidência de negligência ou abuso de crianças e menor incidência de problemas pessoais dos seus membros (perturbações emocionais, insucesso escolar, alcoolismo, toxicodependência, entre outros) (DIAS; RAMALHEIRA; MARQUES et al. 2002, p. 28-29) [grifos meus].

Observam-se nas bibliografias consultadas, de autores e autoras portuguesas, a demarcação conceitual e terminológica, a partir de uma certa desqualificação do termo ‘educação sexual’, e a opção por ‘educação... de... para...’ a sexualidade. Não tenho a pretensão de questionar as discussões em relação à prática da educação sexual em meio escolar em Portugal¹⁸, mas observar que esta questão vem sendo alvo de disputas, tensões e discussões em outros locais (parece que também há/houve discussões a este respeito na Espanha).

Nos livros consultados, tem-se observado que a substituição do termo ‘educação sexual’ por outros, como ‘educação sexualizada’, ‘educação da sexualidade’, ‘educação para uma sexualidade humanizada’, parece trazer poucos avanços para a área. Há, até, em muitos casos, recrudescimento de temáticas como necessidade do casamento (evidentemente o heterossexual!), ou seja, há indícios de que essas novas nomenclaturas não avançam no sentido de pensar a relação entre ‘educação e sexualidade’ com novas perspectivas. O que me parece pertinente salientar, a partir das conceituações descritas pelos/as autores/as consultados/as, é de que o objetivo dessa educação parece ser a normalização de sujeitos. Observam-se, nas citações descritas anteriormente, elementos de afirmação da necessidade do casamento heterossexual; a ênfase “não só da informação sexual, mas também a discussão de valores do domínio socioafectivo” e outros imperativos como: “os educandos devem ser encorajados a perspectivarem-se como futuros construtores de família”, levando-os a “descobrir que há evidentes vantagens, pessoais e sociais, em escolherem para si próprios uma situação familiar estável fundada no amor e assumida num casamento”. Estas questões levam a pensar que adjetivos, conjunções, artigos (e demais ‘penduricalhos’) que ligam os termos ‘educação e sexualidade’ fazem recrudescer, em alguns casos, a discussão sobre discursos prescritivos, moralistas e normalizantes na educação de crianças e adolescentes, dessexualizando o sexo e práticas sexuais.

¹⁸ O Estado português legisla pela primeira vez sobre Educação Sexual no ano de 1984: Lei 3/84, de 24 de março – ‘Educação sexual e planeamento familiar’. Nos artigos 1.º e 2.º da referida lei, o Estado atribui a si próprio o dever de garantir ‘o direito à Educação Sexual como componente do direito fundamental à Educação’, proporcionando educação sexual aos jovens na escola (cujos programas deveriam incluir conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade), nas organizações sanitárias e nos meios de comunicação social. Esta mesma lei se refere à importância da divulgação do Planeamento Familiar e dos métodos contraceptivos para o exercício de uma maternidade e uma paternidade responsáveis. Ramos faz referência à Lei de Bases do Sistema Educativo (n. 46/86, de 14 de Outubro), que no artigo 47º, n.2, cria a área educativa “Educação Social” – incluindo aí a Educação sexual. Fonte: RAMOS, Maria de Lurdes Pereira. **Sexualidade na diversidade**. Atitudes de pais e técnicos face à afetividade e sexualidade da jovem com deficiência mental. Lisboa, PT: Editora Vigaprintes, 2005.

Observa-se que esse discurso também está presente ao se propor o ‘tipo ideal de educador/a’. Dias et al. (2002) destaca a esse respeito:

O professor necessita ainda de possuir os seguintes atributos: genuína preocupação com o bem-estar físico e psicológico dos outros; **personalidade equilibrada**, com bom domínio de aptidões de comunicação e facilidade de relacionamento; **aceitação confortável da sua sexualidade** e da dos outros; respeito pelos valores das outras pessoas; atitude favorável ao envolvimento dos pais, encarregados de educação e outros agentes educativos; capacidade para reconhecer situações que requerem a intervenção de outros profissionais (médicos, psicólogos, assistentes sociais, etc.); treino nas metodologias participativas e activas (DIAS; RAMALHEIRA; MARQUES et al. 2002, p. 32) [grifos meus].

O termo ‘educação da sexualidade’, então, segundo as/os autores/as, estaria indicando a necessidade e o propósito de se educar o sujeito para a sexualidade considerada ‘normal’. Dias et al. apontam que o/a professor/a deve ter os seguintes atributos: personalidade equilibrada (bem-estar físico e psicológico); ‘aceitação’ confortável da sua sexualidade e da dos outros (essa ‘aceitação confortável’ estaria relacionada a questão da orientação sexual hétero?); capacidade de estabelecer contatos com profissionais de outras áreas para colaborar na prática pedagógica. Observam-se elementos de discurso prescritivos e normalizadores para se falar de algo já instituído e afirmado por outros discursos religiosos, moralistas, por exemplo, mas, agora, com nova (nova?) roupagem.

O que se percebeu, mesmo com a mudança de enunciados, termos e nomenclaturas, é que os discursos continuam os mesmos daqueles criticados outrora a respeito da expressão ‘educação sexual’. Com base nisso, seria o caso, então, de retomar e ressignificar este termo? Retomá-lo com outra ótica, perspectiva, propósito ou despropósito?

O que as informações coletadas nessa breve pesquisa destacaram, a partir dessa pequena coleta, é que nos últimos anos, talvez da década de 1990 para cá, essa discussão em torno da adoção de algumas terminologias para substituir o termo ‘educação sexual’ já vem se delineando em alguns locais, como se observou na pesquisa realizada sobre publicações e estudos em Portugal. Portanto, a discussão sobre essas novas nomenclaturas é algo relativamente recente nas discussões em torno da educação e sexualidade(s). Desde a década de 1990, pelo menos a partir de minhas buscas, essa questão já se coloca como importante. No entanto, vejo que essas questões ainda merecem mais discussão e aprofundamento, não com o intuito de aprisionar os conceitos, mas de questioná-los em relação aos seus processos de significação, representação e legitimação, visto que nos dias atuais se tornou comum ouvir esses novos conceitos como sinônimos ou substitutos do termo ‘educação sexual’.

Vejo que essa discussão é salutar, pois possibilitará e instigará momentos de discussão, problematização e reflexão sobre os objetivos e propósitos de utilizar o termo ‘educação sexual’ e/ou “educação para a(s) sexualidade(s)”, entre outros. Nessa perspectiva, não se devem omitir as relações de poder, que também têm importância e ganham sentido pela produção de linguagens, discursos e representação.

Imbuída dessas questões, preocupada e atenta às restrições impostas pelos e aos conceitos, tenho utilizado o termo “educação para a(s) sexualidade(s)” em algumas de minhas práticas docentes, pois o considero fértil, especialmente para se pensar na ampliação do que se convencionou chamar de ‘educação sexual’, cujo foco esteve calcado nas questões biológicas, essencializadas e generalizantes, priorizando questões de anticoncepção e de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis – DSTs.

Jane Felipe (2007), ao utilizar o referido termo, faz algumas reflexões a esse respeito.

Segundo ela:

Como uma construção histórica e cultural, o amor, a paixão, bem como seus desdobramentos em termos de relação, merecem ser amplamente discutidos na perspectiva de uma **educação para a sexualidade**, e aqui utilizo essa expressão por entender que ela pode acionar discussões mais abrangentes quando se trata de refletir sobre nossos prazeres e desejos, não se restringindo ao sexo como ato, mas proporcionando outras vias de discussão e temáticas diversas, para além do viés biologicista. O amor como tema de uma educação para a sexualidade, pode ser visto também, assim como quase tudo, na sua transitoriedade, inconstância e fluidez. Mas nem por isso, essa experimentação dos desejos e dos afetos se torna menos valiosos (ainda que tenha data de validade!) (FELIPE, 2007, p. 42) [grifos meus].

Para a autora, a opção pela perspectiva de uma ‘educação para a sexualidade’ visa a acionar elementos mais abrangentes como prazer, desejos, não se restringindo ao sexo como ato.

Percebo que o termo ‘educação sexual’, e outros como ‘masturbação infantil’, vão aos poucos ganhando contornos e sentidos na cultura. Apesar de haver concepções de ‘educação sexual’ de forma mais abrangente como a proposta por Furlani (2005), anteriormente descrita, ou de como propõe Britzman (1999), na forma habitual esse é um termo que ganhou contornos definidos por práticas e propósitos normalizadores e prescritivos. Portanto, vejo como promissora a perspectiva da ‘educação para a(s) sexualidade(s)’ como prática que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades. A dúvida da certeza, a transitoriedade das convicções, as possibilidades de colocar-se em xeque diante do novo... são algumas das possibilidades de uma

perspectiva da ‘educação para a(s) sexualidade(s)’. A conjunção e o artigo que ligam as palavras ‘educação’ e ‘sexualidade’ também podem ser pensados como a transitoriedade, ou seja, a educação para a ‘vivência’ de sexualidade. O termo, inclusive, poderia ser ‘educação para as sexualidades’. Não se pretende, contudo, pensar quais seriam os adjetivos implícitos nessa expressão, ou seja, educação para a sexualidade (+) adjetivo que pudesse acrescentar, na intenção de melhor descrevê-la, no entanto, tal prática poderia aprisioná-la e restringi-la. Pretende-se, ao contrário, pensar como essas possibilidades podem acionar questões como prazer, troca, curiosidade, busca, respeito, erotismo, além de se pensar na constituição da diferença como elemento da produção de identidades. A sexualidade é tomada, nesta perspectiva, como dispositivo histórico¹⁹ (FOUCAULT, 1997) e, como tal, pode ser percebida para além da esfera do individual, como parte de perspectivas políticas e culturais (LOURO, 1999). Como ressalta a autora, “a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas social e política”. Outro aspecto ressaltado por Louro é que “a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (LOURO, 1999, p. 11).

A perspectiva da educação para a(s) sexualidade(s) pretende refletir sobre discursos naturalizados e sacralizados culturalmente, relativizando-os, pondo-os sob suspeita e vigilância, provocando a dúvida de algumas certezas, permitindo-se novas formas de pensar e com isso estimular questionamentos sobre como nos constituímos em relações de saber e poder. Com isso, desestabilizar certezas, na tentativa de ampliar olhares em outras direções e possibilidades.

Como tentei discutir até aqui, vemos que é intenso o debate sobre a sexualidade (ou as sexualidades com muitos ‘s’) e as formas e propósitos de sua educação. Percebe-se que há um intenso investimento político e cultural nas concepções e terminologias aqui destacadas. Estas questões implicam tensões e busca por representação. O objetivo deste artigo foi de evidenciar alguns desses conceitos e/ou termos, que por vezes adotamos sem questionar. Muitos desses conceitos/termos, inclusive, já fazem parte do vocabulário de muitos/as educadores/as. Estas questões, como se observou, não são neutras. Fazem parte de linguagens que produzem representações e com isso, produzem efeitos na prática pedagógica e na constituição de sujeitos.

Por tudo isso, vale ressaltar que, quando pensamos em fixar um significado, logo outro virá, tensionando conceitos e produzindo outras representações. Também é interessante pensar

¹⁹ “A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder”. (FOUCAULT, 1997, p. 100).

que, apesar de esses conceitos aqui levantados ganharem status de verdade e de legitimidade, os sentidos atribuídos a eles escapam. As sexualidades aparecem mediante inúmeras representações (e sua educação também); portanto, passa por constantes construções e transformações que, apesar das correlações de formas para se fixar determinadas identidades, conceitos... alguns dos enunciados se fixam, outros não. Nessas relações de poder e saber, resta mantermo-nos vigilantes diante de discursos que nos capturam em busca de fixação de conceitos e do imperativo de certezas. É importante pensar também que esses termos podem ser mudados e ressignificados, cabe discuti-los, problematiza-los, tensioná-los...

Educação para a sexualidade: *Viu que podia fazer peraltagens com as palavras*

Como poderíamos pensar a educação para a(s) sexualidade(s) na formação docente, tanto em suas etapas iniciais quanto num processo continuado? Como deveremos percorrer esses labirintos possíveis para discutir e propiciar momentos de discussão e desestabilização de algumas verdades que envolvem as temáticas das sexualidades, gêneros e educação?

Diante do exposto nesse texto, imbuída dos aspectos levantados, reflito sobre algumas *peraltagens* possíveis em momentos de educação de educadores e educadoras²⁰. Valho-me do termo ‘educação de educadores/as’ proposto por Britzman (1996), muito embora em alguns momentos utilize também o termo ‘formação docente’ para expressar os processos de ‘formação’ com a proposição de estudos e reflexões em momentos sistematizados. O próprio termo ‘formação’, assim como o de ‘capacitação’, devem ser problematizados, uma vez que ambos podem produzir representações que aprisionam os sujeitos em ‘fôrma’ ou podem torná-los ‘capazes’ somente a partir dos ‘ensinamentos’ e ‘iluminações’ proporcionados nos momentos de ‘formação’. Apesar disso utilizarei dos termos tentando pensar em novas possibilidades de uso e de vivência.

Em momentos de educação de educadores/as, penso que muitas questões podem ser acionadas. Por exemplo: Que discursos e representações da(s) sexualidade(s) e de gênero(s) estão presentes nas narrativas produzidas por educadoras e educadores em processos de formação? Quais as possibilidades didáticas que promovam curiosidade, busca pelo novo, para a reflexão? Quais e como as representações de sexualidades (e de gêneros também) estão circulando, renovando, recrudescendo, produzindo, desconstruindo, ‘fixando’... durante processos de formação inicial e continuada de educadores/as? Há algum instrumento/estratégia

²⁰ Muitas dessas questões e ‘pistas’ foram formuladas a partir da leitura de: BALESTRIN, Patrícia Abel. **Onde ‘está’ a sexualidade?:** representações de sexualidade num curso de formação de professoras. Porto Alegre: UFRGS, 2007. [Dissertação de mestrado]

que possa ‘capturar’ essas representações para poder problematizá-las? Em quais momentos da formação e com quais dinâmicas e conteúdos representações de sexualidades são provocadas, construídas, discutidas, reforçadas? Como pensar os silêncios, os ditos e não-ditos, bem como as formas de resistência presentes nas linguagens e condutas das professoras e professores durante processos formativos? Como refletir sobre o fato de muitos/as educadores/as, ao solicitarem ‘receitas’ de como atuar diante de ‘manifestações de sexualidade’ de meninos e meninas na escola, descartam ou rejeitam outros discursos que não aqueles já sacralizados como ‘verdades’? Estariam dispostos a ouvir e questionar outros conceitos, linguagens, discursos, representações... ou só têm a pretensão de ouvir o próprio eco?

Como se vê, há muito mais questões do que proposições (ainda bem!). Estaríamos aí pensando que a educação para a(s) sexualidade(s) seria o mesmo que ‘carregar água na peneira’? Seria uma prática considerada impossível? Utilizo-me da metáfora de Manoel de Barros, para pensar nas (im)possibilidades. Vislumbro pelo menos duas perspectivas. Uma delas, que discutir questões que envolvem representações e certezas socialmente construídas não é o mesmo que discutir alguma equação matemática (não que essa também não possa ser problematizada). Ou seja, em momentos específicos, em que se pretende discutir aspectos que nos constituem mediante inúmeros discursos e sobre eles refletir – aspectos religiosos e médicos, por exemplo –, percebe-se que pode haver dificuldades e (im)possibilidades. No entanto, também vejo que o ato de ‘carregar água na peneira’ instiga-nos a pensar e a ousar em possibilidades tanto formativas quanto nos propósitos que se pretendem com essas ações.

Valho-me de algumas possibilidades apontadas por Britzman (1999) ao propor algumas pistas possíveis para a prática de formação de educadoras e educadores. Segundo ela, pode-se pensar nessas práticas a partir da utilização de artefatos produzidos na cultura, como literatura, cinema, música, arte, com o intuito de “explorar suas fissuras, suas insuficiências, suas traições e mesmo suas necessárias ilusões” (BRITZMAN, 1999, p. 108). Ela ainda sugere que pensemos sobre como o “currículo da sexualidade deve estar mais próximo à dinâmica da sexualidade e ao cuidado de si” e, por fim, ressalta que

a sexualidade é qualquer lugar. Para que essas conversas se tornem até mesmo pensáveis em relação à educação é preciso que as educadoras e os educadores se tornem curiosos sobre suas próprias conceptualizações sobre o sexo, e ao fazê-lo, se tornem abertos também para as explorações e as curiosidades de outros relativamente à liberdade do ‘domínio imaginário’. (BRITZMAN, 1999, p. 109).

No limite desse artigo, não irei detalhar algumas práticas desenvolvidas na educação de educadores/as já realizadas em momentos de formação, mais precisamente nos momentos de formação continuada, que perseguiram alguns dos propósitos e despropósitos aqui salientados. Destaco, porém, um instrumento utilizado em algumas situações (também em momentos de formação inicial) que visou a estabelecer uma reflexão pessoal e coletiva entre os sujeitos, mediados pelos momentos de formação sistematizada de educação para a(s) sexualidade(s).

Trata-se de um instrumento avaliativo processual, utilizado quando se pretende promover oportunidades para cada componente (no caso cursistas, alunos/as, acadêmicos/as...) repensar seus próprios discursos ou, como nos propõe Manoel de Barros, fazer *peraltagens* com palavras, convicções e representações. Temos tentado estabelecer este diálogo por intermédio do *Portfólio de Aprendizagem*²¹. O/a aluno/a, no caso acadêmicos/as e/ou professores/as, são convidados/as a produzirem, em forma de narrativa, as reflexões sobre o assunto suscitadas durante o processo de capacitação/‘formação’.

Este instrumento visa a promover discussões pessoais que podem ser posteriormente analisadas (ou a tentativa de) no decorrer e ao final do processo de formação. É nesse sentido que o pessoal torna-se coletivo. Pode-se perceber, a partir da escrita do portfólio, como alguns conceitos se tornaram mais desestabilizadores do que outros; quais provocaram mais discussões e reflexões pessoais; quais provocaram o recrudescimento e o ‘reforço’ de representações já aceitas como ‘verdades inquestionáveis’; como alguns conceitos foram internalizados e questionados ou não; como algumas discussões foram mediadas nas relações sociais do/a narrador/a; como os conceitos e temas trabalhados nas capacitações foram acionados em momentos do desempenho da prática docente; entre outros. Enfim, com este instrumento é possível buscar elementos para entender as representações de sexualidades e gêneros mais frequentes nas narrativas produzidas pelas professoras e professores em seus portfólios. Esses

²¹ Portfólio (do inglês) é uma modalidade de avaliação retirada do campo de estudo das artes. Possui outras nomenclaturas como: porta-fólio (Canadá); processo-fólio; portefólio; diário de bordo; webfólio. É uma compilação apenas dos trabalhos considerados relevantes após um processo de análise crítica e devida fundamentação. É uma forma de registro do percurso de aprendizagem. É um elemento para descrever o processo constante de reflexão, a maneira como o/a cursista explica seu próprio processo de aprendizagem, como dialoga com as dificuldades encontradas e em que medida superou os entraves, como os reflete, os problematiza. O que pode constar no portfólio: anotações pessoais; experiências de aula ou dos momentos de socialização com os alunos e as alunas; trabalhos pontuais; representações visuais; detalhamento e descrição de conhecimentos construídos e socializados; estratégias utilizadas para aprender, refletir e ensinar. Ver: ALVES, Leonir Passate. Portfólios como instrumentos de avaliação dos processos de ensinagem. Caxambu, MG: *Anais 26ª. ANPED*. Retirado do site: www.anped.org.br/26/trabalhos/leonirpessatealves.rtf_em_22/01/06; SHORES, Elizabeth F. *Manual de portfólio: um guia passo a passo para o professor*. Porto Alegre: ARTMED, 2001; VILAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico*. Campinas, SP: Papirus, 2004.

elementos podem ser mais bem detalhados, a depender do envolvimento de cada pessoa, pois o portfólio é um instrumento de ordem processual, ou seja, após cada encontro presencial de formação há alguns indicativos para descrever nele sobre como cada pessoa se sentiu durante a discussão e estudo de algum tema, de quais temas mais a mobilizaram... além de utilizar o portfólio como diário de bordo para descrever ações, condutas, emoções, dúvidas, medos, angústias, alegrias... no decorrer do processo de formação (atividades presenciais e não-presenciais).

A seguir, para efeito de síntese, destacarei alguns dos aspectos evidenciados na análise de 75 portfólios produzidos por docentes que participaram de um projeto de extensão²² sob minha coordenação. Esses elementos, ao meu ver, são importantes para pensarmos temas²³, estratégias, propósitos e despropósitos para a prática da educação para a(s) sexualidade(s) na educação de docentes.

- Muitos/as docentes utilizaram-se do portfólio como instrumento de reflexão processual durante a formação no decorrer do projeto. Outros/as, porém, somente o utilizaram como um caderno de registros de forma pontual. Para as pessoas que conseguiram elaborá-lo na primeira perspectiva, vemos uma escrita reflexiva ao abordar sentimentos e dúvidas durante a formação. Eis um relato extraído do portfólio de uma cursista: *“Nesse encontro senti-me um peixe fora d’água. A professora falou sobre gênero e sexualidade e seus conceitos. Alguns colegas fizeram comentários e cada vez mais eu achava que aquele curso não era para mim. E então fiquei me questionando o que eu estava fazendo ali? Todos acham que a homossexualidade é normal e de acordo com a educação e formação que recebi, não consigo encarar com tanta normalidade. E não é fácil mudar conceitos. Não de um dia para o outro.”* [Anotações no portfólio da cursista E., 29/05/08.]
- O portfólio pode ser um espaço de dizer o que não seria dito em outras circunstâncias. Nesse sentido pode ser um instrumento de demarcação de alguns discursos religiosos em contraposição aos trabalhados na capacitação, de acordo com o relato de uma cursista: *“Quero registrar aqui a minha fala, já que não fiz durante as palestras que assisti. Sou uma pessoa evangélica, creio em Deus e tenho a Jesus Cristo como meu Senhor e Salvador. Creio que a Bíblia é a palavra de Deus e a tenho como norma e regra de fé e conduta. Tenho como princípio seguir os ensinamentos da palavra. Creio que a discussão sobre falar ‘todos’ e ‘todas’ em um auditório misto não vem ao caso, ou seja, não é relevante porque a Bíblia fala sobre o ‘ser humano’,*

²² O projeto de extensão contou com momentos presenciais e não-presenciais. Nos momentos presenciais, as temáticas foram questionadoras, com momentos de estudo, reflexão, exibição e discussão de vídeos e filmes, além de outros artefatos culturais, como músicas, livros infantis, materiais para o trabalho da educação para a(s) sexualidade(s) para crianças e adolescentes. Nos momentos não-presenciais, os cursistas deveriam realizar estudos dirigidos visando à reflexão da prática pedagógica diante das temáticas priorizadas em cada eixo temático. Os eixos temáticos foram: sexualidade como dispositivo histórico; o Gênero como categoria analítica e as diversidades como elementos de constituições identitárias. Deu-se ênfase à produção de materiais e à reflexão de alguns já existentes para o trabalho em sala de aula. A duração do projeto foi de 200 h/a.

²³ Jane Felipe (2007) aponta algumas temáticas que considera pertinentes para a educação para a sexualidade: construção das identidades de gênero, discutindo os modos pelos quais são acionadas as expectativas em torno da masculinidades e feminilidades em determinadas culturas; problematizar os investimentos feitos em torno das identidades sexuais, em especial as inúmeras tentativas de reforçar a heteronormatividade e os desdobramentos daí resultantes, tais como a homofobia, a misoginia ou mesmo a heterofobia; entender de que forma os movimentos reivindicatórios feministas, bem como os momentos de gays e lésbicas foram se constituindo nas últimas décadas, e a importância dos Estudos *Queer* e das políticas pós-identitárias nesse contexto; história do corpo e da sexualidade; violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes nas suas mais variadas formas –pedofiliação como prática social contemporânea; discutir a maternidade como aprisionamento; a história do amor romântico.

portanto homens e mulheres são 'seres humanos' para Deus e o artigo masculino se refere à esta expressão. Quanto ao gênero, a Bíblia diz que 'Deus os criou, macho e fêmea os criou' (Genesis 1-27), então eu não poderia fazer nenhuma outra orientação sexual que não fosse baseada neste princípio. As doenças sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS, é tão somente resultado de desobediência à palavra de Deus. A família foi destruída e banalizada pela mídia, assim como todos os sentimentos pessoais: amor, carinho, afeto, etc. namoro, casamento, relacionamento sexual, tudo foi banalizado, ridicularizado em todos os programas da televisão. Crianças, adolescentes, jovens e adultos são expostos todos os dias aos piores conceitos exibidos na telinha. Orientação sexual é necessária, uma vez que como educadores e pais precisamos preservar as coisas boas da vida e, se 'ensinarmos a criança o caminho em que deve andar, até quando for velho não se desviará dele' (Provérbios 22-6). Por tudo isso digo aqui que foi muito bom participar de todas as palestras, que todas as palavras foram bem feitas, não tenho nada a dizer contra. Foi muito proveitoso, parabéns e obrigada.” [Anotações no portfólio da cursista C., referente a avaliação final do projeto.]

- A produção de uma escrita sobre as reflexões pessoais dos/as cursistas possibilita perceber como a linguagem vai mudando no decorrer da formação. Algumas pessoas relataram o que consideraram mudanças nas maneiras de ver, nas formas de acreditar, nos questionamentos de conceitos anteriormente naturalizados ou considerados como inquestionáveis: “*O processo educativo precisa desconstruir paradigmas, deve ser pautado na transgressão, no pensar. Transgredir para não fazer tudo igual, mas refletir, pensar no que se pode fazer a partir do que se tem.*” [Trecho de portfólio da cursista I., relativo ao segundo dia de capacitação.]

Muitos desafios são impostos e acionados em momentos de educação de educadores/as por meio de instrumentos e estratégias que buscam ‘fotografar’ alguns momentos e entender como certas pessoas traçam os ‘diários de bordo’ de algumas viagens por caminhos nem sempre navegáveis por águas calmas.

Há pistas que podem ser pensadas a partir da escrita dos portfólios. Há discursos que apresentam aspectos muito semelhantes em várias narrativas. Um deles é a constatação de que crianças e adolescentes são seres sexuados. No entanto, vê-se uma preocupação e reflexão sobre o que fazer (ou não fazer) com que a sexualidade passe a ser um elemento (ou marcador social) presente nas atividades da escola. A recusa em questionar antigas e arraigadas convicções e certezas é utilizada pela exaltação de discursos religiosos, como se viu na narrativa da cursista C., anteriormente descrito. Há demonstrações do discurso religioso em desenhos, adesivos ou frases como “*Jesus te ama!*” nos portfólios de algumas cursistas. O que esses elementos têm a nos dizer? Por que essas educadoras precisam demarcar o discurso religioso como o ‘legítimo’ diante dos outros discursos apresentados nos momentos de capacitação/formação? A discussão sobre as homossexualidades foi o tema mais complexo de ser discutido segundo as narrativas dos/as cursistas. Algumas dizem que precisam de mais tempo e possibilidade de discussão para ‘digerirem’ essas novas discussões sobre as constituições identitárias de gêneros e as sexuais.

O temor em ‘incentivar’ crianças e adolescentes para a prática sexual por intermédio de momentos de capacitação foram mais identificados/expressos em discursos orais do que na descrição das narrativas dos portfólios. No entanto, o medo de interferir na educação da

família²⁴ foi um elemento destacado em muitos textos. Outro aspecto muito frequente foi um ‘tom professoral’ diante de temas e assuntos relativos à orientação das condutas de alunos e alunas nos momentos de educação para a(s) sexualidade(s) nas instituições educativas, especialmente nos momentos de socialização dos conceitos trabalhados na capacitação para a comunidade escolar.

Outro discurso que aos poucos foi sendo incorporado é o de que “as escolas não são os únicos locais de identidade” (BRITZMAN, 1996, p. 74). Também foram discutidos, e ganharam destaque nas narrativas docentes, os efeitos das pedagogias culturais com a produção de inúmeros artefatos culturais produzidos para crianças e adolescentes (também os produzidos para pessoas adultas, mas que também interessam a esse público), em relação à constituição identitária de meninos e meninas. Enfim, puderam-se perceber mudanças discursivas em muitos/as dos/as docentes, além de possibilidades de perceber que há outras possibilidades de ver, sentir, desejar, gostar... o que nos leva a pensar nas possibilidades de uma educação para a(s) sexualidade(s) na educação de educadores/as. Uma observação, no entanto, é indispensável nesse processo, ou seja, como pensamos os silêncios e táticas de resistências, os discursos persistentes dos/as participantes? Como a partir deles podemos promover outras reflexões e problematizações? Esse é o grande desafio!

Diante do exposto, a perspectiva da educação para a(s) sexualidade(s), especialmente em momentos de formação do docente, instiga-nos a lidar com o desconhecido, com o inevitável (e evitável), com o inusitado, o prazer, o desprazer, as dúvidas, as certezas-incertezas... enfim, com processos que mexem conosco e nos desestabilizam nessa aventura de viver. Termino com uma poesia de uma das cursistas do projeto, que talvez possa explicar um pouco tudo isso.

*“É preciso desenvolver o desejo!
De conhecer, fazer
Viver, sonhar, construir
Conhecimentos para a vida
E pela vida!”*

[trecho de portfólio da cursista I.]

Referências:

²⁴ Após a divulgação de uma reportagem veiculada pelo programa dominical ‘Fantástico’, em que um pai questionava a prática da educação sexual mediada por um Kit educativo, uma das escolas, por decisão da diretora teve que encerrar as atividades de socialização de alguns/as cursistas por receio da rejeição de pais/mães/responsáveis das crianças, instigados pela reportagem – “Pai protesta contra uso de kit de educação sexual. Material foi mostrado para alunos de 12 anos – Uma polêmica na cidade de São José do Rio Preto, interior de São Paulo. O pai de uma aluna de 12 anos não gostou do kit adotado pela escola municipal para ilustrar as aulas de orientação sexual. E ele quer que o Ministério Público investigue isso. *Reportagem veiculada no Fantástico em 01/12/08*” Retirado do site: <http://fantastico.globo.com/jornalismo>, acesso em 02/12/2008.

- ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-educacional. Caxambu: *Anais ANPED*, 2004.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRITZMAN, Deborah P. O que é esta coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. In: *Educação & Realidade*. n. 21(1), jan./jun., 1996.
- BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CAMARGO, Ana Maria FACCIOLI de; RIBEIRO, Cláudia. *Sexualidade(s) e infância(s)*. A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999.
- CORTESÃO, Irena; SILVA, Maria Alcina; TORRES, Maria Arminda. *Educação para uma sexualidade humanizada*. Guia para professores e pais. 2ª. ed. revista e aumentada. Porto: Afrontamento, 2005.
- DIAS, Alda Maria; RAMALHEIRA, Carlos; MARQUES, Luís; SEABRA, Maria Emília; ANTUNES; Maria Leonor Cabral. *Educação da sexualidade: no dia-a-dia da prática educativa*. Braga: Edições Casa do Professor, 2002.
- FELIPE, Jane. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In RIBEIRO, Paula Regina Costa *et al.* *Corpo, gênero e sexualidade: discutindo práticas educativas*. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 2 ed. Londrina: UEL, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: o uso dos prazeres*. 12ª. ed. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FURLANI, Jimena. Educação sexual: possibilidades didáticas. In LOURO, G. L.; et al (Orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- FURLANI, Jimena. *O Bicho vai pegar! – um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir dos livros paradidáticos infantis*. Porto Alegre: UFRGS, 2005 [Tese de Doutorado].
- LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade*. Lisboa, PT: Porto Editora, 2000.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MEYER, Dagmar. Das (im)possibilidades de se ver como anjo. In GOMES, Nilma Lino; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SABAT, Ruth. Educar para a sexualidade normal. Caxambu: ANPED, 2004. Retirado do site www.anped.org.br/reunioes/27/ge23/t2311 em julho de 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

UNESCO. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO, 2014.

VAZ, Júlio Machado. *Educação sexual na escola*. Lisboa, PT: Universidade Aberta, 1996.

WEREBE, Maria José Garcia. *Sexualidade, política e educação*. Sexualidade, política, educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

Submetido em: 07/09/2017

Aceito em: 10/11/2017

Revista
Diversidade
e Educação